

INTERESSE PÚBLICO

a. 19

n. 103

maio/jun. 2017

Editorial	11
DOCTRINA	
Seção de Direito Constitucional, Administrativo e Previdenciário	
Jurisdição ou resolução consensual de conflitos: a quem pertence o futuro? Eugênio Facchini Neto	15
Contrapesos de uma Administração Pública consensual: legalidade <i>versus</i> eficiência Cleuler Barbosa das Neves, Márcilio da Silva Ferreira Filho	49
A Lei de Acesso à Informação Pública e a decisão do STF na Repercussão Geral nº 483: o desencontro entre interesse público e vida privada dos servidores públicos Tênis Limberger, Renée Cristina Herlin Ritter	79
O controle de constitucionalidade como ferramenta de legitimação de políticas públicas Alex Cavalcante Alves	99
Algumas reflexões sobre aplicabilidade da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) em relação às empresas estatais Daniel Barile da Silveira, Tiago Nunes da Silva	115
Seção de Direito Tributário	
Interpretação extensiva dos critérios de isenção do imposto de renda sobre pessoa física aos portadores de doença grave Carlos César Sousa Cintra, Luana Adriano Araujo	137
Seção de Direito Municipal	
O decreto de indisponibilidade de bens previsto no art. 185-A do Código Tributário Nacional como forma de garantir a satisfação do crédito tributário da Fazenda Pública Rafael Nascimento de Cordova	157
Seção de Tribunais de Contas, Controle Externo	
Novo Regime Fiscal: implicações, dificuldades e o papel do TCU Edilberto Carlos Pontes Lima	183
Seção de Direito da Regulação	
Cenários de regulação da proteção de dados pessoais e os desafios de uma tutela efetiva no ordenamento jurídico brasileiro: a internet e suas implicações na privacidade e na proteção de dados pessoais Regina Linden Ruaro, Fernando Inglez de Souza	197